

A Stoa e a construção do homem político na Roma antiga

Alex Aparecido da Costa (PPH/UEM – CAPES)
Renata Lopes Biazotto Venturini (PPH/UEM - Orientadora)

Introdução

Durante a história de Roma um leque de filosofias estava presente na Urbe e nos círculos dirigentes do império direcionando os destinos e as mentes do mundo romano. Dentre as principais estava o estoicismo, cujas ideias foram utilizadas para criticar e respaldar a moral dos homens políticos. Embora os adeptos de cada uma dessas correntes não estivessem alheios às impressões das demais, devemos destacar que o pensamento estoico oferecia um conjunto de ideias fundamentais para traduzir a idealização do homem público.

Para demonstrarmos tal afirmação devemos antes de tudo apresentar em que consistia o pensamento estóico. Desvendemos primeiramente o nome adotado por essa filosofia. De acordo com Brun (1986, p. 17-18) estoicismo origina-se de *stoa*, palavra grega que designa pórtico, então a filosofia de Zenão de Cício adotou este nome porque ele ensinava nas proximidades do Pórtico de Poecilo em Atenas. A filosofia do Pórtico abrange em seu sistema de pensamento preocupações que envolviam interesses pela física, lógica e moral. O pensamento estoico contribuía, por meio de um caráter cosmopolita, para uma explicação humanística do mundo antigo, que buscava uma relação ecumênica entre as culturas da bacia do Mediterrâneo encontrando-a na concepção estoica de que o mundo era um *logos* divino que tudo integrava ao qual os seres humanos deveriam compreender para nele conformar-se por meio da busca da razão, única fonte de felicidade. Segundo a filosofia estoica era preciso viver de acordo com a natureza, controlando as paixões que perturbavam o entendimento do mundo que seria regido por uma providência racional, o que impunha a todos a compreensão de seu lugar no interior do *logos* divino (ABRÃO, 2004, p. 75-76). Esse reconhecimento de sua colocação no

universo fornecia, àquele que abraçava as diretrizes estoicas, discernimento acerca de seus limites e possibilidades dentro da estrutura social, o que se traduzia em um sentimento de paz interior e liberdade.

As origens do estoicismo

As conquistas de Alexandre Magno no século IV a. C. possibilitaram uma grande expansão do pensamento grego, sobretudo nas regiões orientais do Mediterrâneo, onde, sob a influência das culturas locais sofreu um processo de adaptação que ficou conhecido como período helenístico. Como a herança cultural de Alexandre foi mais longeva que sua obra política as ideias gregas permaneceram vivas e influenciando os povos da bacia mediterrânea quando as legiões romanas marcharam rumo ao leste para constituírem um novo império que posteriormente se inspiraria em grande medida nas ideias gregas. Um dessas ideias, sem dúvida, é o pensamento estoico, que, nascido em Atenas em fins do século IV a. C. (BRUN, 1986), desempenhou papel fundamental nas centúrias seguintes na Roma republicana e principalmente no período em que ela estabeleceu, para o controle do império que conquistara, um poder altamente centralizado, um novo regime controlado por um único cidadão denominado Principado.

As circunstâncias em que surgiu o estoicismo remetem diretamente à conquista de toda a Grécia por Alexandre, que levou à perda da autonomia das antigas cidades-estados helênicas. Além disso, agravando essa situação e trazendo mais incertezas temos também a imediata desagregação do império de Alexandre, disputado por seus generais após sua morte. Assim Atenas, apesar de manter seu brilho intelectual característico, sofre com a perda de sua primazia a frente das cidades gregas em um período que não foi marcando somente pela difusão cultural, mas que foi também uma época de conturbação política e mental. Nesse ambiente no qual a instabilidade atinge também a filosofia chega à Atenas em 300 a. C., vindo

10.4025/6cih.pphuem.395

de Chipre, Zenão de Cício, considerado o fundador do estoicismo. A origem de Zenão, vindo da banda oriental do mundo grego, confirma o que Sedley (2006, p. 8) nos diz a respeito do estoicismo, cuja história “em seus dois primeiros séculos é a de um casamento entre dois mundos. As figuras principais que fundaram ou conduziram a escola estoica tiveram origem, com notadamente poucas exceções, na região oriental do Mediterrâneo”. Portanto, desde seu nascimento a filosofia do Pórtico atestava sua vocação universalista, e o fato apontado também por Sedley (2006, p 8), de que ela encontrou em Atenas sua identidade seu centro físico de difusão nos ajuda a entender os motivos dela ter encontrado posteriormente, em Roma, um novo polo. É que a Urbe da República tardia e do período imperial se tornara por sua vez o centro do mundo mediterrâneo.

Segundo Brun (1986), na época em que essa filosofia surgiu os pensadores gregos debatiam sobre as ideias socráticas, das quais reivindicavam a posição de herdeiros. Todavia, as discussões não logravam a constituição de um conjunto de ideias que conceituassem satisfatoriamente sobre o bem e a verdade, necessidades urgentes naquele ambiente político em convulsão. A solução proposta pelo estoicismo constituía-se em ensinar ao homem a viver conforme a natureza. Influenciado pela ética cínica de Crates (SEDLEY, 2006, p. 9) o pensamento estoico de Zenão “aconselha o homem a viver de acordo com a natureza obedecendo à ordem do dos acontecimentos que exprimem a vontade de Deus” (BRUN, 1986, p. 32). A orientação contida na ideia de *vivere naturae* teve um papel fundamental na atitude dos homens que precisavam atuar em um ambiente político que dificilmente era dominado por um único indivíduo ou grupo, e que exigia, sobretudo, a conciliação, mesmo quando se tratava de relações ao longo do eixo horizontal da sociedade.

Durante sua fase mais recuada o estoicismo apresentou ainda outros filósofos importantes que sucederam Zenão na direção do Pórtico. Cleantes que viveu aproximadamente entre 330 e 231 a. C. compôs um hino a Zeus que não se direcionava necessariamente ao deus olímpico, mas antes disso usava-o como

10.4025/6cih.pphuem.395

representante de um espírito onipresente que governava o universo (HARVEY, 1987, p. 124). Essa visão religiosa da *Stoa* presente em Cleantes indicava uma tendência universalista da filosofia, a ruptura com os deuses mitológicos da cultura helênica, que remontava aos primeiros pensadores e prosseguia com os estoicos, abria então uma seara teológica com a qual as diversas culturas do Mediterrâneo antigo podiam se identificar. À desagregação das polis se seguia a substituição de suas crenças espirituais por explicações cosmológicas que favoreceriam sua adaptação ao novo mundo no qual a integração econômica e política dos poderes imperiais exigia também, a seu modo, uma unidade mística, embora com base filosófica, comum. Crisipo, que substituiu Cleantes a frente do Pórtico, viveu de 280 até 210 a. C., teve papel fundamental na sistematização do pensamento estoico por meio da produção de mais de 705 obras filosóficas, segundo o relato de Diógenes Laércio (BRUN, 1986, p. 20). Por esse trabalho Crisipo foi considerado o filósofo mais importante da *Stoa*, embora filósofos posteriores, adeptos do Pórtico, terem discordado de suas ideias e o pensamento de Zenão ter permanecido imune às críticas (SEDLEY, 2006, p. 18).

A *Stoa*, como dissemos acima, divide-se em três períodos, a veremos agora em seu segundo momento sendo introduzida no mundo romano. Em 146 a. C. a Grécia é conquistada (BOWDER, 1980, p. 6), um intercâmbio se estabelece. Filósofos são remetidos de Atenas até Roma para tratar de assuntos políticos e tributários, nesse momento floresce um interesse pela cultura grega e os pensadores estoicos começam a influenciar com seus ensinamentos as ideias de romanos eminentes.

O advento do estoicismo em Roma

Um dos primeiros contatos relatados teve lugar em fins do século II a. C., quando pensadores atenienses, dentre eles o estoico Diógenes da Babilônia, foram enviados para Roma em uma embaixada, ocasião esta na qual foram proferidas

conferência filosóficas que deixaram impressões profundas e fascinaram os romanos com os ensinamentos da *Stoa* (SEDLEY, 2006, p. 20-21). Mas a razão desse deslumbramento não deve ser buscada apenas nas qualidades filosóficas do Pórtico, precisamos antes entender qual era o contexto social e político que preparou tal acolhida na Urbe.

Após a segunda guerra púnica Roma mergulhou em um importante processo de transformação que provocou mudanças em sua estrutura política e social, e que levou, entre outras consequências, à adoção do pensamento estoico por parte de alguns membros da aristocracia nos últimos séculos da República. Sintetizando as informações trazidas por Alföldy (1987) vemos Roma, a partir do século II a. C., transmutando-se em um império que exigia novas condições de organização social e econômica. Dentre as mudanças apontadas, as que mais nos interessam dizem respeito às camadas mais altas da sociedade. Beneficiados diretamente pelas conquistas territoriais, que trouxeram a reboque uma ampla massa de escravos destinada a trabalhar em suas propriedades fundiárias, a aristocracia terra tenente absorveu para si propriedades de camponeses que a partir de então passaram a uma vida proletária. Em suma, a fronteira entre ricos e pobres se tornou mais larga e famílias poderosas passaram cada vez mais a dominar os destinos de Roma, e sob essa base econômica membros dessas famílias dominaram comandos militares aumentando ainda mais seu prestígio com suas vitórias e triunfos. Surgia assim um grupo de indivíduos cuja *auctoritas* fazia deles estadistas que se distinguiram dentro da ordem senatorial, condutores dos destinos da Urbe alguns destes homens adotariam valores que estivessem de acordo com seus interesses pessoais e com a vocação imperial de Roma.

Todavia, não era a pura ambição que movia esses indivíduos. Havia entre os romanos o sentimento de que eles eram um povo que tinha uma função civilizatória, e por isso não viam suas conquistas tão somente como uma atividade predatória do mundo em favor de um único povo, pois

Durante a República, a justificação ideológica – porque, apesar de tudo havia uma – não se baseava no direito de comandar que Roma tinha conquistado, mas na honestidade com que exercia o seu comando. Numa obra tardia (*De officiis*, 2, 7, 26-8; 30), Cícero condena César e as suas guerras, não a guerra gálica, mas as guerras civis, porque, nessa ocasião, César oprimiu não só os seus concidadãos, mas também os Marselheses, os mais antigos e fiéis “aliados” de Roma. Ora, diz Cícero, oprimir os aliados ou os súditos significa destruir o domínio romano: Esparta deixou de dominar porque o seu domínio era injusto. Estas palavras não querem dizer que, por princípio, era injusto que Esparta dominasse, mas que exercia esse domínio de uma forma injusta, facto que tinha provocado a sua ruína (VEYNE, 1992, p. 295-296).

De certa forma o imperialismo romano, como outros antes e depois dele, apresentava-se como uma espécie de triunfo sobre a barbárie. Ao mesmo tempo em que os romanos levavam a civilização aos povos primitivos evitava também que povos bárbaros ganhassem espaço em um mundo que lhes era destinado. Eis alguns dos aspectos da *humanitas* romana. Paradoxalmente, nesse processo, Roma acabou por adotar vários aspectos culturais dos povos conquistados, porém adaptando-os aos seus costumes.

A Roma republicana, aquele povo que tinha tido por cultura a de outro povo, a Grécia, não sentira essa cultura como estrangeira, mas como a civilização *tout court*. da mesma forma, no Império e fora de suas fronteiras, a civilização greco-romana era a civilização; não se romanizava nem se helenizava, civilizava-se (VEYNE, 1992, p. 299).

Dentre os aportes culturais gregos, o estoicismo teve um papel fundamental tanto na elaboração justificadora de uma ideologia imperialista quando na orientação moral dos indivíduos que deveriam conduzir o processo imperial. Filósofos como Panécio e Possidônio foram, durante o século II a. C. e início do

10.4025/6cih.pphuem.395

século I a. C., os difusores da filosofia do Pórtico em Roma. Ambos transitaram pelos círculos do poder, Possidônio, que viveu entre 135 e 51 a. C., travou amizades com Pompeu e Cícero, influenciando as obras de ambos e, sobretudo, os escritos do segundo e também de Sêneca (BRUN, 1986, p. 21-22). Mais velho que Possidônio, Panécio, que viveu no intervalo entre 185 e 112 a. C., manteve contato principalmente com o Círculo dos Cipiões e adaptou a *Stoa* aos interesses latinos (BRUN, 1986, p. 21) na época em que

Roma impunha-se por todo o lado graças às suas legiões e aos seus juristas que faziam reinar a Pax Romana; as consciências que tinham necessidade de uma moral pessoal, encontraram no humanismo universalista dos estóicos uma doutrina capaz de responder às suas aspirações. [...] Com ele [Panécio] o estoicismo inflectiu para um humanismo da razão, óptimo para seduzir os romanos, homens de acção (BRUN, 1986, p. 21).

O papel que o estoicismo desempenhou nesse período foi ao encontro da individualização dos membros das camadas dominantes de Roma. A posição destacada, a *dignitas* adquirida, encontrou na exaltação estoica do papel do sábio em busca da justiça um meio eficaz de identificação com essa filosofia e uma forma de propaganda individual. Mas se o Pórtico oferecia uma passagem para o desenvolvimento do poder pessoal também inspirou intentos revolucionários durante a República. Nicolet (1964) aponta uma contradição interna do *estoicismo médio* em Roma, quando Tibério Graco e seu irmão Caio Graco, opositores dos Cipiões, fortemente influenciados pela *Stoa*, animado também por ideais estoicos propôs importantes mudanças sociais. A situação que teve lugar na segunda metade do século II a. C. A política reformadora dos Graco chocou-se com a intransigência conservadora do Cipiões, a redistribuição das terras do *ager publicus*, concentrada nas mãos da *nobilitas* não suportou a reação da aristocracia e os irmãos Graco, Tibério em 132 a. C. e Caio em 121 a. C., acabaram assassinados.

10.4025/6cih.pphuem.395

Como posições tão distintas no seio de uma mesma sociedade poderiam ser defendidas por homens que professavam uma mesma filosofia? Antes de responder esta pergunta precisamos apontar se realmente as atitudes políticas gracas estavam em consonância com os ideais do Pórtico. O próprio Nicolet (1964), que introduziu a discussão afirma que

De fato, a reivindicação permanente dos Graco, é o *jus aequum*, a igualdade dos direitos, a justiça, mais próxima do ideal estoico do que tudo. Quanto ao comportamento individual de Tibério, ele parece repousar sobre uma espécie de inspiração moral. De um sentimento íntimo de seus deveres e de sua responsabilidade individual. O que é, também, muito estoico. É assim que é preciso entender, sem dúvida, suas iniciativas revolucionárias, a substituição do tribuno Otávio em nome da soberania do povo, a tentativa de reeleição do tribunado, o sentimento de sua “missão”. No personagem de Tibério não há nada que se oponha à marca do estoicismo (NICOLET, 1964, p. 50).

Deveras a preocupação com parcelas mais amplas da sociedade romana demonstra um alinhamento com os ideais do Pórtico, principalmente porque a pretensão dos Graco não era outra senão a da manutenção da Roma republicana que se desestruturaria, caso as bases camponesas, essenciais para a manutenção do poderio militar, não fossem restabelecidas. Vemos aí, portanto, uma preocupação global dos problemas que afetavam Roma. Transferindo essa constatação pessoal de Tibério Graco para as diretrizes da *Stoa*, podemos vê-lo agindo como o sábio estoico que compreende o universo que o cerca e desempenha o papel que lhe cabe no interior do cosmo. Por outro lado, a posição conservadora dos Cipiões não se choca completamente com os ensinamentos da filosofia do Pórtico, a qual oferece interpretações ambivalentes, capazes de fundamentar uma política conservadora das prerrogativas de membros das elites contra as possibilidades da participação popular.

10.4025/6cih.pphuem.395

A penetração destes sistemas filosóficos ao lado da realidade política e social do final da República desenvolveu o individualismo em detrimento do espírito de coletividade. A noção estoica da preeminência do Sábio, homem superior, favorito da divindade e por ele inspirado, que favorecera a divinização do soberano helenístico, associou-se ao conceito do *Genius* que, ultrapassando o marco familiar, foi atribuído ao Estado, ao povo romano e a determinado homens. Formou-se, assim, uma ideologia que serviu de base para a heroização de generais romanos (MENDES, 1988, p. 72-73).

Esse fortalecimento individual de aristocratas chocou-se inclusive com as instituições romanas e coincidiram com a chegada do pensamento estoico em Roma. A *Stoa* fundamentou a ideologia de homens que começavam a adiantar seus interesses pessoais aos da *res publica*. Atendo-se os Cipiões vemos ao longo do século II a. C. membros dessa família ultrapassando os limites ditados pelas leis de Roma.

Claramente observa-se esta tendência no caso dos Cipiões. O velho Cipião Africano obteve com apenas 25 anos, e sem haver realizado uma carreira política senatorial regular, um alto comando militar; foi inquestionavelmente o primeiro homem de Roma após seu triunfo sobre Aníbal e entrou em conflito com seus iguais também por conta de suas ideias e atos não convencionais. Seus rivais conseguiram derrubá-lo mediante processo, e a *Lex Vilia annalis*, promulgada pouco depois, em 180 a. C., que autorizava o acesso aos altos cargos por rigorosa ordem de escalão e em uma idade madura, pretendia impedir de forma institucionalizada a fulgurante ascensão de estadistas tão jovens. Ainda assim, a lei não foi observada quando em 147 a. C. Cipião Emiliano foi eleito cônsul; Cipião alcançou o consulado sem o requisito prévio da pretura e em uma idade ilegal. Em 134 a. C. exerceu inclusive pela segunda vez o consulado apesar de que, desde 152 a. C. fora proibida – precisamente para evitar a crescente acumulação de poder – a repetição dessa magistratura. (ALFÖLDY, 1987, p. 74).

Com prestígio e poder acumulados com suas vitórias militares, principalmente sobre Cartago, os Cipiões mostravam que era possível galgar em Roma posições

vedadas pelas leis, e se o talento bélico dos membros dessa família lhes possibilitava pleitear ambições inéditas, podiam contar também com ideias da *Stoa* para construção de uma ideologia que justificasse seu poder.

Considerações finais

Pudemos ver assim, que a filosofia do Pórtico fundamentou posturas diferentes dentro da realidade social em que vivia o mundo romano a partir do século II a. C., constataremos adiante que durante o *estoicismo da época imperial* não foi diferente, e que a *Stoa* podia ser utilizada tanto para criticar a tirania dos imperadores quanto para defender a política dos césares. Enfim, se a República tardia era uma ensaio do Império, o *estoicismo médio* demonstrava que a aplicação prática dessa filosofia grega seria tensionada em duas direções sob o regime do Principado.

Bibliografia

BRUN, Jean. **O estoicismo**. Lisboa: Edições 70, 1986.

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ALFÖLDY, Géza. **Historia social de Roma**. Madrid: Alianza, 1987.

BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Roma antiga**. São Paulo: Art Editora, 1980.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica: grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MENDES, Norma Musco. **Roma republicana**. São Paulo: Ática, 1988.

NICOLET, Claude. **Les idées politiques à Rome sous la République**. Paris: Armand Colin, 1964.

10.4025/6cih.pphuem.395

SEDLEY, David. A Escola, de Zenon a Ário Dídimo. In: INWOOD, Brad. **Os estoicos**. São Paulo: Odysseus, 2006.

VEYNE, Paul. *Humanitas*: romanos e não romanos. In: GIARDINA, Andrea. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.